



Contém Assinatura Digital

Município da Lourinhã

Divisão de Contratação Pública e Projetos
Aquisição de Bens e Serviços

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas

Procedimento por Ajuste Direto

[Nos termos do art.º 17º e alínea d) do n.º1 do art.º 20º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação.]

Projeto Sollagua e Produtos Fitofármacos

Procedimento com a referência:

ADG/4/2025

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 18.988,48 Euros

O Vereador, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara, por Despacho da Delegação de Competências, datada de 12/09/2024.

(João José da Silva Serra, Vereador)

Índice

CADERNO DE ENCARGOS.....	4
PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I – Disposições gerais.....	4
Cláusula 1. ^a – Objeto	4
Cláusula 2. ^a – Contrato	4
Cláusula 3. ^a – Preço base.....	5
Cláusula 4. ^a – Prazo da prestação do serviço.....	6
Capítulo II – Obrigações contratuais	6
Secção I - Obrigações da Prestadora de serviço	6
Subsecção I - Disposições gerais	6
Cláusula 6. ^a – Obrigações principais da prestadora de serviço	6
Cláusula 7. ^a – Atualizações Jurídico-Comerciais	7
Cláusula 8. ^a – Forma da prestação do serviço.....	7
Cláusula 9. ^a – Prazos da prestação do serviço.....	8
Subsecção II - Dever de sigilo.....	8
Cláusula 10. ^a – Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 11. ^a – Prazo do dever de sigilo	9
Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã	9
Cláusula 12. ^a – Preço contratual.....	9
Cláusula 13. ^a – Condições de pagamento	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução	10
Cláusula 14. ^a – Penalidades contratuais.....	10
Cláusula 15. ^a – Força maior.....	11
Cláusula 16. ^a – Resolução por parte do contraente público.....	12
Cláusula 17. ^a – Resolução por parte da prestadora de serviço	12
Capítulo IV – Caução	13
Cláusula 18. ^a – Caução	13
Cláusula 19. ^a – Seguros.....	13
Capítulo V - Resolução de litígios	13
Cláusula 20. ^a – Foro competente.....	13
Capítulo VI - Disposições finais.....	13
Cláusula 21. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	14
Cláusula 22. ^a – Comunicações e notificações	14
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	14
Cláusula 24. ^a – Legislação aplicável.....	14
Cláusula 25. ^a – Publicitação e adjudicação.....	14
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS	16

ANEXO A	16
Especificidades Técnicas	16

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

4

Cláusula 1.^a – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços na modalidade de avença, para elaboração de Projeto Sollagua e Produtos Fitofármacos com a Eng.^a Ana Cristina Tabarra Santos**, em conformidade com as **especificações técnicas** definidas no **anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos (CE).
2. O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPV – 71621000-7 Serviços técnicos de análise e consultoria, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;



- c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e aceites pela adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Preço base

1. O preço base do procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, na sua atual redação é de EUR: **18.988,48€** (dezoito mil, novecentos e oitenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), correspondendo ao valor máximo, que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, taxas com aprovações de projetos pelas entidades externas (quando exigível por lei), encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
3. O valor base tem por referência a proposta de vencimento mensal da Eng.^a a convidar, sendo reconhecida a qualidade do serviço pretendido, o conhecimento privilegiado que apresenta da zona agrícola do concelho e o contato com muitos dos agricultores que por cá operam. Esta proximidade com os proprietários dos terrenos facilita a recolha de informação e a promoção do contrato entre os vários intervenientes.

Cláusula 4.^a – Prazo da prestação do serviço

O contrato mantém-se em vigor, por prazo de 14 (catorze) meses, até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

6

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações da Prestadora de serviço

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.^a – Obrigações principais da prestadora de serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de assegurar a prestação do serviço, de acordo com as especificações técnicas definidas no **anexo A da Parte II | Clausulas Técnicas** do Caderno de Encargos;
 - b) Obrigação do cumprimento dos prazos;
 - c) Manter sigilo e garantir a confidencialidade;
 - d) Informar o gestor do contrato designado pelo Município da Lourinhã de qualquer situação anómala ao normal funcionamento do serviço;
 - e) Se, no decurso do contrato, a adjudicatária deixar, por qualquer motivo, de possuir todos os requisitos exigidos para a prestação de serviços, o contrato poderá se resolvido pelo Município da Lourinhã, sem que a adjudicatária, possa pelo fato, ter direito a qualquer ressarcimento ou indemnização;
 - f) Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

2. A título acessório, a prestadora de serviço fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a – Atualizações Jurídico-Comerciais

1. A prestadora de serviço deve comunicar ao Município da Lourinhã, através da figura da gestora do contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. A prestadora de serviço obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecida.

Cláusula 8.^a – Forma da prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviço fica obrigado a dar conta do andamento dos trabalhos, promovendo sempre que necessárias reuniões com o **gestor do contrato**, nomeado pela entidade adjudicante, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária, com vista a verificar se aquele reúne os requisitos técnicos definidos no presente convite e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte da prestadora de serviços, a qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3. O prestador de serviços fica também obrigada a apresentar ao Município da Lourinhã um relatório final, ou relatórios intercalares, sempre que se justifique, com a evolução de todos os procedimentos objeto dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, a prestadora de serviços deve, caso se justifique, elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pela prestadora de serviço, devem ser integralmente redigidos em português e assinados.

Cláusula 9.^a – Prazos da prestação do serviço

1. A adjudicatária obriga-se a executar os serviços, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, pelo prazo de 14 (catorze) meses, a partir da data da celebração de contrato a escrito.
2. O presente contrato deverá ser executado continuamente e em qualquer circunstância supervisionado pelo **gestor do contrato**, que tem como função, acompanhar a execução do contrato, tendo por base o desempenho da cocontratante de acordo com as especificidades definidas na parte II do presente Caderno de Encargos.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 10.^a – Objeto do dever de sigilo

1. A prestadora de serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela prestadora de serviço ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, relativos designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã

Cláusula 12.^a – Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos o preço constante da proposta adjudicada não pode, em qualquer caso, ser superior a **18.988,48€** (dezoito mil, novecentos e oitenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas, de forma mensal, após receção, aceitação e verificação da

conformidade do serviço, pelo contraente público, na figura do **gestor do contrato**, da respetiva fatura (s), no prazo de 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação, de forma mensal.

2. A fatura deverá ser enviada para o Município da Lourinhã – Divisão Administrativa e Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do número sequencial da ficha de compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.
3. Para os efeitos do disposto no n.º 1, considerar-se-á vencida a obrigação de forma mensal.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Lourinhã, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao prestador de serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Lourinhã pode exigir ao prestador de serviço o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos de acordo com o programa de trabalhos apresentado na proposta do adjudicatário, tendo em conta as características, **especificações técnicas** definidas no **anexo A da Parte II / Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da prestadora de serviço, o Município da Lourinhã pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviço ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto de contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Lourinhã tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviço e as consequências do incumprimento.
5. O Município da Lourinhã pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Lourinhã exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviço, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se forem verificados os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da prestadora de serviço, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da prestadora de serviço ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela prestadora de serviço de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pela prestadora de serviço, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da prestadora de serviço cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da prestadora de serviço não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior, determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a – Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à prestadora de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo contraente público.

Cláusula 17.^a – Resolução por parte da prestadora de serviço

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a prestadora de serviço pode resolver o contrato quando:
 - i) qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 20.^a.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias após a

receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV – Caução

Cláusula 18.^a – Caução

De acordo com o estabelecido no n.º 2, do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 19.^a – Seguros

1. Sem prejuízo da obrigatoriedade da adjudicatária contratar todos os seguros necessários à prestação do serviço, designadamente de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, não é exigível a apresentação de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente ao Município da Lourinhã, ou a terceiros.
2. O Município da Lourinhã pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a prestadora de serviço fornecê-la no prazo de 5 dias subsequentes à respetiva notificação de adjudicação.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 20.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 21.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte da adjudicatária carecem de autorização, por escrito, da entidade adjudicante, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Cláusula 22.^a – Comunicações e notificações

14

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo, as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissa ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Público, na sua atual redação;
- b) Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação;
- c) Restante legislação aplicável.

Cláusula 25.^a – Publicitação e adjudicação

Para a eficácia do contrato, a adjudicação será efetuada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos: <https://>

PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS

ANEXO A

Especificidades Técnicas

16

Aquisição de serviços na modalidade de avença, para elaboração de Projeto Sollagua e Produtos Fitofármacos

1. Objeto do contrato e especificações técnicas (CPV – 71621000-7):

Prestação de Serviço na modalidade de avença, para elaboração do Projeto de Sollagua na modalidade de avença e Produtos Fitofármacos em conformidade com as especificações técnicas definidas no presente anexo, devendo proceder a:

- 1) Reuniões personalizadas com os intervenientes e solicitação do preenchimento de Declaração de Interesse;
- 2) Identificação e contato com os proprietários, herdeiros e rendeiros das áreas previamente identificadas;
- 3) Reconhecimento local das zonas hidroagrícolas;
- 4) Intermediar/promover reuniões entre os agricultores e Parceiros do projeto para promover projeto piloto;
- 5) Técnico responsável pelos produtos fitofármacos do Município da Lourinhã.

2. Fundamentação:

Considerando a natureza do objeto do contrato de prestação de serviços que se pretende celebrar, e visto se verificar que o Município não dispõe de ninguém no mapa de pessoal que consiga cumprir com as exigências a que se refere a Lei 26/20213, de 11 de abril 2013, informa-se que não se trata da execução de

trabalho subordinado. A prestação será assegurada sem obrigação à respetiva disciplina e direção, nem horário de trabalho, sendo as tarefas executadas de forma autónoma, revelando-se, portanto, inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato.

17

3. Obrigação:

- 1) O prestador de serviços obriga-se a efetuar reuniões, sempre que necessário, com o gestor do contrato na Divisão de Águas e Ambiente / Coordenação de Ambiente, sito no Edifício dos Paços do Município.
- 2) O Técnico responsável pelos produtos fitofármacos do Município, deve garantir o cumprimento das exigências apresentadas no art.º 7.º da Lei 26/20213, de 11 de abril 2013, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos e monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos.

4. Condições e pagamento:

Pagamentos a 30 dias após apresentação de fatura, de forma mensal.

5. Vigência:

Pelo prazo de 14 meses a contar da data da assinatura do contrato a escrito, ou da data da adjudicação, se a redução do contrato a escrito for dispensada.

6. Anexo:

Projeto Sollagua das Áreas de Intervenção - Áreas identificadas em mapa anexo do Caderno de Encargos, com maior incidência sobre a zona da Zambujeira.